

Sumário

Agradecimentos.....	9
Prefácio à edição brasileira — <i>Eduardo Matarazzo Suplicy</i>	13
Prólogo.....	23
1 O instrumento da liberdade.....	27
2 Renda básica e seus correlatos.....	63
3 Pré-história: assistência pública e seguridade social.....	93
4 História: do sonho utópico ao movimento mundial.....	119
5 Eticamente justificável? Caronismo <i>versus</i> distribuição justa.....	159
6 Economicamente sustentável? Financiamento, experimentos e transições.....	205
7 Politicamente viável? Sociedade civil, partidos e porta dos fundos.....	255
8 Viável na era global? Renda básica multinível.....	319
Epílogo.....	359
Notas.....	363
Bibliografia.....	461
Para saber mais! Seleção de publicações sobre Renda Básica lançadas no Brasil.....	524
Índice remissivo e onomástico.....	527

Prefácio à edição brasileira

Eu já havia lido grande parte das principais obras de Philippe Van Parijs, como *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform* (Verso, 1992); *Real Freedom for All: What (if anything) Can Justify Capitalism?* (Oxford, 1995); também aquelas em coautoria com Yannick Vanderborght, como *L'Allocation Universelle* (La Découverte, 1995) e assistido a muitas de suas palestras, com as quais tanto aprendi.

Desta vez, felizmente, pude aprender muito mais com este livro, *Basic Income: a Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*, que se constitui na mais completa obra sobre o tema, em que encontramos seus fundamentos e desenvolvimento nas mais diversas correntes do pensamento ao longo da história, com uma riquíssima bibliografia e um extenso conjunto de notas que nos habilitam a conhecer melhor as contribuições de pessoas como Confúcio, Thomas More, Juan Luis Vives, Adam Smith, Thomas Paine, Henry Saint Simon, Thomas Aquinas, Karl Marx, Joseph Charlier, Charles Fourier, Jean-Jacques Rousseau, Bertrand Russell, Augustin Cornot, Friedrich Von Hayek, Abba Lerner, Oskar Lange, Anthony Atkinson, James Edward Meade, John Maynard Keynes, Juliet Rhys Williams, Joan Robinson, William Beveridge, Thomas Skidmore, Andre Gorz, George Stigler, Milton Friedman, James Tobin, Peter Townsend, Martin Luther King Jr., Desmond Tutu, John Kenneth Galbraith, Robert Theobald,

Bruce Akerman e Anne Allstott, Jean Mark Ferry, Zephania Kameeta, Paul Krugman, Russell Long, George McGovern, Clauss Offe, Edmund Phelps, Thomas Piketty, John Rawls, Amartya Sen, Guy Standing, Joseph Stiglitz, Jan Tinbergen, Götz Werner, Karl Widerquist e tantas outras pessoas que participaram intensamente do debate sobre a Renda Básica.

Após uma exposição rica sobre as qualidades da Renda Básica, as formas tão diversas de financiá-la e colocá-la em prática em tantos países, Philippe e Yannick concluem que “um dia nós vamos pensar por que demorou tanto tempo para que debaixo de nossos pés pudéssemos ter um solo firme capaz de nos sustentar. O que costumava ser visto como uma fantasia de um grupo de lunáticos se tornará então uma conquista irreversível e autoevidente”.

Qual a maior vantagem da Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional? É prover Dignidade e Liberdade Real para todas as Pessoas na Sociedade. Esta é a síntese do que aprendi com este livro.

Destaco aqui alguns dos pensadores da história que formularam pensamentos sobre a Renda Básica:

Sigam sempre o exemplo de Jesus, que, sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de que vós fosseis ricos por sua pobreza, e pregou, conforme está escrito, para que haja igualdade: “O que colheu muito não teve demais, e o que colheu pouco não teve de menos”.

Segunda Epístola de Paulo aos Coríntios

Toda pessoa que tem um grande patrimônio deve reservar uma parte para os que pouco ou nada têm.

Omar, o segundo dos quatro califas que sucederam a Maomé, no livro dos Hadis

Se for para aceitar o consumo tão luxuoso dos mais ricos, devemos antes assegurar a sobrevivência de toda a humanidade com o suficiente para suprir as suas necessidades básicas, e mais um pouco.

Dalai-Lama

Em vez de infligir esses castigos horríveis, seria muito melhor prover a todos algum meio de sobrevivência, de tal maneira que ninguém estaria se submetendo à terrível necessidade de se tornar primeiro um ladrão e depois um cadáver.

Thomas More

De cada um, de acordo com a sua capacidade, a cada um, de acordo com as suas necessidades.

Karl Marx

Todo proprietário que cultiva a terra deve à comunidade um aluguel por ela (...) todo indivíduo nasce no mundo com um legítimo direito a certa forma de propriedade ou seu equivalente.

Thomas Paine

O desenvolvimento, para ser significativo e pleno, deve corresponder a um maior grau de liberdade para toda a população.

Amartya Sen

Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito de todos os brasileiros de ter um mínimo para a sua sobrevivência.

Josué de Castro

Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei da Renda Básica de Cidadania, quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora (...) o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente, e ademais aprovado pelos representantes de seu povo.

De Celso Furtado para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,
por ocasião da sanção da Lei 10.835/2004.

Estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário — e da esperança solidária — representada pela renda básica de cidadania, que o Estado brasileiro passa a incorporar a seu leque de políticas sociais. Possivelmente, ela significará o desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado [2003]. (...) Estamos transformando excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância de seus próprios laços comunitários (...). O que diferencia a esperança da simples espera conformista é a coragem e a determinação.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia
em que sancionou a Lei 10.835/2004, que criou a
Renda Básica de Cidadania, em 8 de janeiro de 2004.

Em 1984, o Coletivo Charles Fourier, formado por três jovens — o sociólogo Paul Marie Boulanger, o economista Philippe Defeyt e o filósofo Philippe Van Parijs —, apresentou um trabalho para um concurso organizado pela Fundação Rei Baldouin, da Bélgica, sobre o impacto que a Renda Básica teria sobre o futuro do trabalho. Ganhou o primeiro prêmio, da ordem de US\$ 4.000,00 da época. Com esses recursos, o Professor Philippe Van Parijs convidou cerca de 50 economistas, filósofos, cientistas sociais e ativistas, que nos países europeus estudavam as formas de erradicar a pobreza, de promover justiça e transferências de renda, para uma conferência na Universidade Católica de Louvain. Resolveram formar uma entidade que promovesse estudos e debates através de publicações na internet e congressos periódicos. Por sugestão de Guy Standing num jantar, no qual falou BIEN, todos concordaram que era uma ótima sigla para significar a Basic Income European Network.

No início de meu primeiro mandato como Senador, apresentei um primeiro Projeto de Lei para instituir um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), através de um imposto de renda negativo, em abril de 1991. Chegou a ser aprovado pelo Senado, com apenas três abstenções, em 16 de dezembro de 1991. Recebeu entusiasta parecer favorável de

Germano Rigotto (PMDB-RS) na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Em agosto de 1991, num encontro de economistas com afinidade ao PT, em Belo Horizonte, coordenado por Walter Barelli, quando eu e Antonio Maria da Silveira explicamos o PGRM, eis que José Márcio Camargo ponderou que seria bom iniciar a renda mínima para as famílias carentes, desde que suas crianças de 7 a 14 anos frequentassem a escola. Seria uma forma de cortar um dos círculos viciosos da pobreza, uma vez que o número de famílias que instavam suas crianças a trabalharem precocemente era grande, deixando de estudar, e quando chegavam à idade adulta tinham dificuldade de obter um trabalho com boa remuneração. Ele escreveu dois artigos na *Folha de S. Paulo*, em 1991 e em 1993, com a sugestão. No início de 1995, o Governador Cristovam Buarque (PT-DF), no Distrito Federal, e o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), em Campinas, implantaram programas de renda mínima associados às oportunidades de educação. Muitos municípios seguiram o exemplo. Seis projetos foram apresentados no Congresso Nacional para que o Governo Federal apoiasse os municípios que iniciassem programas naquela direção.

Já em 1992, Antonio Maria da Silveira, que muito colaborou na elaboração do primeiro PGRM, havia feito viagem à Europa e aos Estados Unidos no começo do ano. Ao responder a minha pergunta sobre como ia o debate da renda mínima, ele me disse que agora se falava muito da Renda Básica Incondicional, e me deu o livro editado por Philippe Van Parijs, *Arguing for a Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*.

Em 1994, Philippe Van Parijs esteve no Brasil, onde fez palestras na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao nos conhecermos, ele me convidou para participar do V Congresso Internacional da BIEN, em Londres, e ali apresentar os avanços obtidos. Li o livro e logo me entusiasmei. Em Londres, conheci melhor o Philippe, o trabalho de Guy Standing, Clauss Offe, Walter Van Trier e outros, além de James Edward Meade, que recebeu homenagem, e, por estar doente, foi representado por sua filha Bridget. A partir de então, participei de todos os congressos da BIEN, salvo o de 1998, em Amsterdã, muito perto

das eleições, e deste, em 2018, em Helsinque, novamente por ocorrer em período eleitoral em que disputo eleição para o Senado. Ao interagir mais e mais com meus amigos da BIEN, fiquei persuadido de que a Renda Básica de Cidadania Incondicional é a melhor proposta, até que, em dezembro de 2001, apresentei no Senado o Projeto de Lei para instituir a RBC.

Em 22 de outubro de 1996, ocasião em que Philippe Van Parijs fez palestras na USP, na PUC-SP e na UFRJ, pedi audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o tema da Renda Mínima. O Presidente chamou diversos membros de sua equipe, dentre os quais os Ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e do Planejamento, além de um dos deputados que haviam apresentado Projetos de Lei, Nelson Marchesan (PSDB-RS). Philippe Van Parijs então explicou a perspectiva de um dia chegarmos à Renda Básica Incondicional, mas que considerava positivo se iniciar a Renda Mínima relacionando-a a oportunidades de educação, pois significaria um investimento em capital humano. Foi então que o Presidente Fernando Henrique deu o sinal verde para que o Congresso Nacional aprovasse a Lei 9.533/97, baseada nos projetos de Nelson Marchesan (PSDB-RS), Chico Vigilante (PT-DF), Pedro Wilson (PT-GO), Ney Suassuna (PMDB-PE), Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), para que a União financiasse os municípios que adotassem o PGRM associado à educação, que veio também a ser denominado Bolsa Escola, conforme havia designado o Governador Cristovam Buarque.

Interessante que em seu livro mais recente, *Crise e Reinvenção da Política no Brasil*, Fernando Henrique Cardoso diz que “a ampliação da desigualdade não é compatível com uma sociedade democrática. É preciso usar as tecnologias para distribuir melhor a riqueza e prover o mínimo de renda que garanta dignidade àqueles que não conseguirem se inserir temporária ou permanentemente no mundo do trabalho. Havendo recursos, por que não assegurar uma renda mínima universal, para evitar que se crie um estigma sobre determinado grupo social?”.

Ao ler esta passagem, que tem a ver com a entusiástica e incansável jornada de Philippe Van Parijs por todos os continentes em favor da Renda

Básica nos últimos quarenta anos, desde que completou seu doutorado na Universidade de Oxford, e que está tão bem relatada neste livro enciclopédico, feito com seu parceiro Yannick Vanderborght, sobre a evolução da proposta ao longo da história da humanidade, resolvi fazer uma visita ao Presidente Fernando Henrique no último dia 30 de maio. Aproveitei a oportunidade para levar de presente um exemplar do livro *Basic Income: a Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*, com uma mensagem de Philippe Van Parijs:

“Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso,
Um presidente de uma qualidade que todo país deveria sonhar em ter. Eu relembro vividamente nossa longa conversa no Palácio Presidencial em 22 de outubro de 1996 e a ela me refiro com frequência. Eu fiquei particularmente impressionado pela pertinência de suas perguntas e por sua habilidade em chegar logo ao cerne da matéria e compreender os fundamentos: que a garantia de uma renda mínima poderia ser apresentada como, e de fato é, um investimento em capital humano do país; que um fundo cofederal com esquemas locais poderia operar com um estabilizador bem-vindo para a população ao diminuir o fluxo de migrantes pobres para as cidades nas favelas superlotadas; que perseguir o objetivo de maior justiça social é consistente com a astúcia política e a responsabilidade financeira, que sem elas de fato não se poderia ser bem-sucedido. E fiquei feliz, embora não surpreso, de ler que em seu último livro expressou simpatia pela proposta da renda básica universal — ainda que haja a resistência de muitas pessoas sobre a ideia. Sua realização ainda não está perto da esquina. Mas nunca ela esteve tão estudada, discutida e defendida tão intensamente em todo o globo como nesses últimos dois anos. No Brasil, como em outros lugares, chegaremos lá um dia — sem deixar de dizer obrigado à inexorável pregação de nosso amigo comum Eduardo Suplicy”.

Philippe Van Parijs

European University Institute, Florence, 29 de maio de 2018

Em abril de 2002, o relator do Projeto de Lei que institui a Renda Básica de Cidadania, Senador Francelino Pereira (PFL/MG), de um partido mais conservador do que o PT, me disse: “Estou com 81 anos, não serei mais candidato, quero estudar a sua proposta com toda a seriedade”. Dei-lhe a primeira edição de meu livro *Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta*. Eis que, após ler, ele refletiu comigo: “É uma boa proposta, mas você tem que atender à Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual para cada despesa precisa haver o gasto correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que a RBC será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando-se com os mais necessitados”. Eu me lembrei de um dos principais autores mencionados diversas vezes no livro de Philippe e Yannick, James Edward Meade, que em *Agathotopia*, após explicar que, para alcançar os objetivos de liberdade, eficiência e igualdade, era necessário haver flexibilidade de preços e salários, quotas de participação nos resultados para os trabalhadores nas empresas e a renda básica de cidadania. Em seu último capítulo, Meade recomenda que importante é se empenhar para que os objetivos sejam alcançados gradualmente, pois, se quiser realizar todas as transformações de pronto, então aí ocorrem todas as instabilidades políticas, as que ele testemunhou ao longo do século XX. Ele nasceu em 1907 e faleceu em 1995.

Foi então que aceitei aquele parágrafo, o qual permitiu que todos os partidos aprovassem o projeto por consenso nas duas Casas do Congresso Nacional — o Senado, em dezembro de 2002, e a Câmara dos Deputados, em dezembro de 2003 —, e então seguiu para a sanção do Presidente Lula. Expliquei para o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o que dizia a lei, e ele transmitiu ao Presidente Lula, que como deveria ser instituído gradualmente, era factível. E então Lula a sancionou em bela cerimônia no Palácio do Planalto, na presença do convidado especial Philippe Van Parijs, em 8 de janeiro de 2004.

Durante o X Congresso Internacional da BIEN, em Barcelona, tendo em vista que dentre os participantes havia pessoas de todos os continentes, sugeri que a Basic Income European Network, BIEN, se tornasse Basic Income Earth Network, o que de pronto foi aprovado.

Ana Maria Medeiros da Fonseca, uma das responsáveis pela racionalização dos programas de transferência de renda em 2003, declarou em diversas oportunidades ter a compreensão de que o Bolsa Família, pelo qual foi responsável por tantos anos, é a primeira etapa em direção à RBC. Ela ocupou a Secretaria da Renda de Cidadania, em razão do que estava previsto na Lei 10.835/2004. Infelizmente ela nos deixou este ano.

A boa notícia é que 14 anos após a aprovação da lei, diversos candidatos à Presidência da República, para as eleições de 7 de outubro próximo, ou os responsáveis por seus programas de governo de 2018, fazem menção de estudos sobre a perspectiva de instituir alguma forma de Renda Básica.

Está incluído no Programa do PT, aprovado no VI Congresso Nacional do Partido, em 2017, que se promoverá a transição do Programa Bolsa Família para a RBC. As equipes de economistas de outros candidatos têm mencionado que consideram uma forma de garantia de renda mínima universal como parte de sua plataforma.

Pedro Herculano G. F. de Souza e Sergei S. D. Soares têm considerado a unificação de programas como o Salário-Família, o Bolsa Família e Desconto de Imposto de Renda permitido aos de maior renda por dependente até 16 anos. Sua proposta é substituí-los por um Benefício Infantil Universal, ou RBC, para todas as pessoas até 16 anos. Há também estudos de economistas — Bernardo Appy, Eurico de Santi, Isaias Coelho, Nelson Machado e Vanessa Rahal Canado — que propõem uma mudança coordenada de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada, entre outros, pela criação de um benefício universal e não contributivo para idosos, denominado Renda Básica para Idosos, e desoneração da folha de salários de todos os trabalhadores, até o valor da RBI.

Escrevo este prefácio na expectativa de logo visitar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, ou de vê-lo livre da pena que lhe foi imposta, para relatar a evolução da RBC no mundo. Faço questão de entregar a Lula um exemplar desta edição do livro de Philippe e Yannick, viabilizada graças à Fundação Perseu Abramo e à Cortez Editora, as mesmas que publicaram meu próprio livro sobre a RBC.

Recomendo fortemente a todas as pessoas, inclusive aos candidatos e às candidatas aos mais diversos cargos, em todas as esferas de governo, como também a suas equipes, que leiam o livro de Philippe e Yannick, pois aqui encontrarão um formidável histórico sobre os fundamentos e as origens da Renda Básica.

Verão como nos mais diversos países, em todos os continentes, tem havido um interesse cada vez maior pelo tema, de como experiências têm sido realizadas — ou estão sendo planejadas no Alasca, em Macau, localmente na Namíbia, na Índia, em Ontário (no Canadá), em Stockton (na Califórnia, nos EUA), na Holanda, na Finlândia, na França, na Alemanha, na Escócia, de como a ONG GiveDirectly está financiando experiência inédita no Quênia, em que mais de 30 mil pessoas de vilas rurais estão recebendo modesta RBC, com um compromisso de ser por 12 anos; de como nas duas casas do Congresso Nacional do México foram apresentados projetos de lei sobre a RBC e como esses estudos, debates e experiências estão hoje ocorrendo em mais de 40 países.

Em especial, devido à aceleração do progresso tecnológico, como a automação, que enseja a substituição de trabalhadores por robôs, os automóveis sem motoristas etc., tem levado pessoas como Mark Zuckerberg, criador do Facebook, a expressar na sua palestra de cerimônia de graduação em Harvard, em 2017, que mais e mais precisamos implantar a RBC como um meio de proporcionar para todas as pessoas uma proteção e a possibilidade de experimentar novas ideias.

Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborcht, no mais completo estudo sobre a história da Renda Básica, fazem uma análise das mais diversas formas e caminhos que já foram tentados, experimentados, e de outras alternativas para chegarmos à RBC e assim assegurarmos para toda a humanidade podermos viver numa Sociedade Livre e numa Economia Saudável.

Eduardo Matarazzo Suplicy
Junho de 2018